

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.074 - RN (2018/0319600-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : A A DOS S (PRESO)
ADVOGADO : ICARO CARLOS COSTA BARBOSA E OUTRO(S) - RN012757
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por A. A. DOS S. contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte no julgamento do HC n. 0807076-83.2018.8.20.0000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente, no dia 31/8/2018, e denunciado como incurso no art. 157, §§ 2º, I e II, e 3º, II, do Código Penal. Depreende-se que o magistrado indeferiu o pedido de revogação da prisão, valendo destacar "a gravidade concreta do delito, o *modus operandi*, já que o suspeito, como relatado na inicial acusatória, vendeu uma arma de fogo a vítima e, posteriormente, a matou no afã de recuperar a arma vendida, e o temor concreto de que as testemunhas vivenciam, já que temem por represálias do suspeito" (e-STJ fl. 102).

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada no acórdão de e-STJ fls. 146/154.

Irresignada, a defesa interpôs o presente recurso, alegando que a constrição cautelar não está devidamente fundamentada, uma vez que a decisão foi proferida de forma genérica e sem declinar concretamente os requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente quanto aos indícios suficientes de autoria delitiva.

Aduziu que suposições, conjecturas ou elementos pautados exclusivamente em elementos informativos controversos não podem embasar o decreto prisional. Defendeu que as testemunhas não forneceram informações suficientes para a prolação da prisão preventiva. Da mesma forma, afirmou que a gravidade abstrata do crime não pode respaldar a segregação.

Por fim, sustentou falta de motivação quanto à inaplicabilidade das

medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal.

Requeru, liminarmente, a expedição do competente alvará de soltura. No mérito, pugnou pela concessão da ordem, a fim de que o recorrente responda em liberdade ao processo, com ou sem aplicação de cautelares alternativas.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 347/349.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do recurso à e-STJ fl. 372

É, em síntese, o relatório.

Informações prestadas pelo Juízo de origem à e-STJ fl. 356 dão conta de que, em 8 de novembro de 2018, o ora recorrente foi beneficiado com a revogação da prisão preventiva, substituindo-se o decreto construtivo por medidas cautelares diversas.

Nessas circunstâncias, havendo decisão judicial concedendo ao ora recorrente o benefício da liberdade, o presente recurso perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator